

BENEDICT ANDERSON

Comunidades imaginadas

*Reflexões sobre a origem e a
difusão do nacionalismo*

Tradução
Denise Bottman

Copyright © Benedict Anderson, 1983, 1991

Titulo original
Imagined communities

Capa
Mariana Newlands

Foto de capa
Todos os esforços foram feitos para determinar a origem da imagem de capa, e teremos prazer em creditar a fonte, caso se manifeste.

Preparação
Gissela Mate

Índice remissivo
Luciano Marchiori

Revisão
Marise S. Leal
Valquíria Della Pozza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Anderson, Benedict R.
Comunidades imaginadas : reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo / Benedict Anderson ; tradução Denise Bottman. — São Paulo : Companhia das Letras, 2008.

Titulo original : Imagined communities : reflections on the origin and spread of nationalism
Bibliografia.
ISBN 978-85-359-1188-6

I. Nacionalismo - História I. Título.

08-00975

CDD-320.54

Índice para catálogo sistemático:

I. Nacionalismo : Ciência política 320.54

[2008]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

2. As origens da consciência nacional

Se o desenvolvimento da imprensa como mercadoria é a chave para a criação de idéias inteiramente novas sobre a simultaneidade, ainda estamos simplesmente no ponto em que se tornam possíveis as comunidades de tipo "horizontal-secular, transtemporais". Por que a nação se tornou tão popular dentro desse tipo de comunidade? Evidentemente, os fatores são múltiplos e complexos, mas podemos sustentar com fundadas razões que o principal deles foi o capitalismo.

IMPRESSA

Como foi notado, em 1500 já haviam sido impressos pelo menos 20 milhões de livros,¹ assinalando o começo da "era da reprodução mecânica" de Benjamin. Se o conhecimento pelos manuscritos era um saber restrito e arcano, o conhecimento pela letra impressa vivia da reprodutibilidade e da disseminação.² Se, como crêem Febvre e Martin, em 1600 já haviam sido editados

1. A população das partes da Europa onde já havia imprensa girava em torno de 100 milhões de pessoas. Febvre e Martin, *The Coming of the Book*, pp. 248-9.

2. Exemplar é o caso das *Viagens* de Marco Pólo que eram quase desconhecidas até a primeira edição, em 1559. Polo, *Travels*, p. xiii.

cerca de duzentos milhões de volumes, não admira que Francis Bacon julgasse que a imprensa transformara “o aspecto e a condição do mundo”.³

Sendo uma das primeiras formas de empreendimento capitalista, o setor editorial teve de proceder à busca incansável de mercado, como é próprio ao capitalismo. Os primeiros editores estabeleceram ramificações por toda a Europa: “assim se criou uma verdadeira ‘internacional’ de editoras, que ignoravam as fronteiras nacionais [sic]”.⁴ E, como os anos 1500-50 foram um período de excepcional prosperidade europeia, o setor editorial participou desse boom geral. “Mais do que em qualquer outra época”, o setor era “uma grande indústria sob o controle de capitalistas ricos”.⁵ Naturalmente, “os livreiros estavam interessados basicamente em ter lucro e vender produtos, e portanto procuravam, acima de tudo, obras que fossem do interesse do maior número possível de seus contemporâneos”.⁶

O mercado inicial era a Europa letrada, uma camada ampla, mas delgada, de leitores do latim. A saturação desse mercado levou cerca de 150 anos. O fato determinante no latim — afora a sua sacralidade — era que consistia numa língua de bilíngües. Relativamente, poucos chegavam a falar latim, e — imagina-se — menos ainda sonhavam em latim. No século XVI, a proporção de bilíngües na população total da Europa era bem reduzida,

3. Cit. in Eisenstein, “Some conjectures”, p. 56.

4. Febvre e Martin, *The Coming of the Book*, p. 122. (Mas no texto original consta apenas “par-dessus les frontières” [para além das fronteiras], *L’Apparition*, p. 184.)

5. *Ibid.*, p. 187. O texto original diz “puissants” [poderosos], e não “ricos”, *L’Apparition*, p. 281.

6. “Por isso, a introdução da imprensa foi, sob este aspecto, uma etapa do percurso até a nossa atual sociedade de consumo de massas e de padronização”, *ibid.*, pp. 259-60. (O texto original diz “une civilisation de masse et de standardisation”, que seria melhor traduzir por “civilização de massa padronizada”, *L’Apparition*, p. 394.)

muito provavelmente igual à proporção no mundo de hoje e — apesar do internacionalismo proletário — dos séculos vindouros. O grosso da humanidade, seja antes ou agora, é monoglota. Assim, a lógica do capitalismo dizia que, saturado o mercado em latim para a elite, seria a vez dos mercados potencialmente enormes das massas monoglotas. É verdade que a Contra-Reforma propiciou uma retomada temporária das edições em latim, mas em meados do século XVII esse movimento começou a decair, e as bibliotecas fervorosamente católicas estavam repletas. Nesse ínterim, uma escassez geral de dinheiro na Europa levou os editores a pensar cada vez mais na venda ambulante de edições baratas em vernáculo.⁷

O revolucionário impulso vernaculizante do capitalismo ganhou ímpeto ainda maior graças a três fatores externos, dois dos quais contribuíram diretamente para o surgimento da consciência nacional. O primeiro, e no fundo o menos importante, foi uma mudança no caráter do próprio latim. Em virtude do trabalho dos humanistas, que ressuscitaram a vasta literatura da Antigüidade pré-cristã e divulgaram-na através do mercado editorial, a intelectualidade transeuropeia passou a nutrir um novo apreço pelas sofisticadas realizações estilísticas dos antigos. O latim que agora eles queriam escrever era cada vez mais ciceroniano, e, além disso, cada vez mais afastado da vida eclesiástica e cotidiana. Assim, ele adquiriu uma qualidade esotérica muito diferente da do latim eclesiástico dos tempos medievais. Pois o latim anterior era arcano não por causa do assunto ou do estilo, mas pura e simplesmente porque era escrito, ou seja, graças à sua condição de texto. Agora ele se tornava arcano por conta do que estava escrito, por conta da língua-em-si.

O segundo foi o impacto da Reforma, a qual, aliás, veio a dever

7. *Ibid.*, p. 195.

diferença com a China Imperial, onde havia uma grande coincidência entre a burocracia do mandarinato e o domínio da caligrafia de ideogramas. Com efeito, a fragmentação política da Europa Ocidental após a queda do Império do Ocidente significava que nenhum soberano poderia monopolizar o latim e convertê-lo em sua-e-exclusivamente-sua língua oficial, e por isso a autoridade religiosa do latim nunca teve um verdadeiro equivalente político.

○ surgimento dos vernáculos administrativos é anterior tanto ao prelo quanto à revolta religiosa do século XVI, e por isso deve ser abordado (pelo menos de início) como um fator independente no desgaste da comunidade imaginada sagrada. Ao mesmo tempo, nada sugere que existisse qualquer profundo impulso ideológico, e menos ainda protonacional, por trás dessa vernaculização, onde ela veio a ocorrer. O caso da “Inglaterra” — na periferia noroeste da Europa latina — é especialmente elucidativo. Antes da conquista normanda, a língua da corte, literária e administrativa, era o anglo-saxão. Nos 150 anos seguintes, praticamente todos os documentos régios foram redigidos em latim. Entre 1200 e 1350, esse latim oficial foi substituído pelo franco-normando. Entrementes, uma lenta fusão entre essa língua, de uma classe dirigente estrangeira, e o anglo-saxão, da população de súditos, gerou o médio-inglês [*early english*]. Essa fusão permitiu que a nova língua se tornasse, após 1362, a língua das cortes — e da sessão inaugural do Parlamento. Segue-se em 1382 a Bíblia *manuscrita* de Wycliffe, em vernáculo.¹² É essencial ter em mente que esta é uma seqüência de línguas “oficiais”, não “nacionais”; e que o Estado correspondente abrangia, variando no tempo, não só a atual Inglaterra e Gales, mas também partes da Irlanda, Escócia e França. Evidentemente, uma imensa parcela dos súditos não conhecia nada ou quase nada de latim, franco-normando ou

médio-inglês.¹³ Foi somente depois de cerca de cem anos de entronização política do médio-inglês que o poder de Londres foi varrido da “França”.

No Sena, ocorreu um movimento semelhante, embora em ritmo mais lento. Como ironiza Bloch, “o francês, quer dizer, uma língua que era vista como mera corruptela do latim, levou muitos séculos para se alçar até a dignidade literária”,¹⁴ só se tornou a língua oficial dos tribunais em 1539, quando Francisco I lançou o Edito de Villers-Cotterêts.¹⁵ Em outros reinos dinásticos, o latim sobreviveu por muito mais tempo — sob os Habsburgo, até anos bem avançados do século XIX. Em outros ainda, os vernáculos “estrangeiros” acabaram prevalecendo: no século XVIII, as línguas da corte Romanov eram o francês e o alemão.¹⁶

Em todo caso, a “escolha” da língua aparece como fruto de um desenvolvimento gradual, inconsciente, pragmático, para não dizer aleatório. Enquanto tal, ela se diferencia profundamente das políticas linguísticas autoconscientes dos dinastas oitocentistas, diante do crescimento de nacionalismos linguísticos populares de oposição. (Ver adiante, capítulo 5.) Um sinal claro dessa diferença é que as antigas línguas administrativas eram apenas isso: línguas usadas pelo e para o funcionalismo, e para a sua própria conveniência interna. Não havia a idéia de impor sistematicamente a língua às várias populações sob o domínio dinástico.¹⁷ Contudo, a

13. Não devemos supor que a unificação vernacular administrativa tenha se realizado de imediato ou de forma integral. É improvável que a Guiana governada a partir de Londres fosse administrada primariamente em médio-inglês.

14. Bloch, *Feudal society*, I, p. 98.

15. Seton-Watson, *Nations and states*, p. 48.

16. *Ibid.*, p. 83.

17. Temos uma confirmação interessante desse ponto com Francisco I, que, como vimos, proibiu a impressão de todo e qualquer livro em 1535, e adotou o francês como a língua da corte quatro anos depois!

ESCOLHA
DA LÍNGUA
VER
INGLÊS
DIRETORIO
POMBALINO

ascensão desses vernáculos à condição de línguas oficiais, onde elas, em certo sentido, concorriam com o latim (o francês em Paris, o médio-inglês em Londres), contribuiu para o declínio da comunidade imaginada da cristandade.

No fundo, é provável que, nesse contexto, a esoterização do latim, a Reforma e o desenvolvimento aleatório de vernáculos administrativos tenham um significado basicamente negativo — a saber, a sua contribuição para destronar o latim. É plenamente possível conceber o surgimento das novas comunidades nacionais imaginadas sem um desses fatores, ou mesmo sem nenhum deles. O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade lingüística humana.¹⁸

O elemento da fatalidade é essencial. Pois, por mais que o capitalismo fosse capaz de proezas extraordinárias, ele enfrentava dois adversários ferrenhos na morte e nas línguas.¹⁹ As línguas particulares podem morrer ou ser exterminadas, mas não havia e não há nenhuma possibilidade de uma unificação lingüística geral da humanidade. No entanto, historicamente, essa mútua incomunicabilidade não foi de grande importância até o momento em que o capitalismo e a imprensa criaram públicos leitores de massa e monoglotas.

18. Não foi o primeiro “acaso” desse tipo. Febvre e Martin observam que, embora já fosse visível a existência de uma burguesia na Europa no final do século XIII, o uso generalizado do papel só ocorreu no final do século XIV. Apenas a superfície plana e lisa do papel possibilitaria a reprodução em série de textos e figuras — e isso só se verificou nos 75 anos seguintes. Mas o papel não foi uma invenção européia. Ele veio de uma outra história — da China —, passando pelo mundo islâmico. *The coming of the book*, pp. 22, 30 e 45.

19. Ainda não temos nenhuma multinacional gigante no mundo editorial.

Embora seja fundamental ter em mente a idéia de fatalidade, no sentido de uma condição geral de diversidade lingüística irremediável, seria um erro identificar essa idéia com aquele elemento comum às ideologias nacionalistas que insiste na fatalidade primordial das línguas particulares e em sua ligação com unidades territoriais também particulares. O essencial é a interação entre fatalidade, tecnologia e capitalismo. Na Europa anterior à imprensa e, claro, em todo o resto do mundo, a diversidade das línguas faladas, aquelas que forneciam a trama e a urdidura da vida de seus usuários, era imensa; tão imensa, de fato, que se o capitalismo editorial tivesse tentado explorar cada mercado vernacular em potencial, teria adquirido dimensões minúsculas. Mas esses idioletos variados podiam ser montados, dentro de certos limites, como línguas impressas de número muito mais reduzido. A própria arbitrariedade de qualquer sistema de signos para os sons facilitava o processo de montagem.²⁰ (Ao mesmo tempo, quanto mais ideográficos os signos, maior a potencial zona de montagem. Aqui podemos enxergar uma espécie de hierarquia decrescente, desde a álgebra, passando pelo chinês e pelo inglês, até os silabários regulares do francês ou do indonésio.) Nada serviu melhor para “montar” vernáculos aparentados do que o capitalismo, o qual, dentro dos limites impostos pela gramática e pela sintaxe, criava línguas impressas, reproduzidas mecanicamente, capazes de se disseminar através do mercado.²¹

Essas línguas impressas lançaram as bases para a consciência nacional de três maneiras diferentes. Em primeiro lugar, e acima de

20. Para uma boa discussão sobre este ponto, ver S. H. Steinberg, *Five hundred years of printing*, cap. 5. O fato de o signo *ough* ter diferentes pronúncias nas palavras *although*, *bough*, *lough*, *rough*, *cough* e *hiccough*, mostra tanto a variedade idioletal de onde surgiu a pronúncia padronizada do inglês, quanto a qualidade ideográfica do produto final.

21. Eu digo “nada serviu melhor [...] do que o capitalismo” deliberadamente. Tanto Steinberg quanto Eisenstein quase teomorfizam a “imprensa” em si como o gênio

tudo, elas criaram campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima dos vernáculos falados. Os falantes da enorme diversidade de variantes francesas, inglesas e espanholas, que achariam difícil ou mesmo impossível se entender oralmente, puderam se entender através do papel e da letra impressa. Com isso, foram tomando consciência gradual das centenas de milhares, e até milhões, de pessoas dentro daquele campo lingüístico particular, e ao mesmo tempo percebendo que apenas estas centenas de milhares, ou milhões, pertenciam a tal campo. Esses companheiros de leitura, aos quais estavam ligados através da letra impressa, constituíram, na sua invisibilidade visível, secular e particular, o embrião da comunidade nacionalmente imaginada.

Em segundo lugar, o capitalismo tipográfico conferiu uma nova fixidez à língua, o que, a longo prazo, ajudou a construir aquela imagem de antigüidade tão essencial à idéia subjetiva de nação. Como lembram Febvre e Martin, o livro impresso guardava uma forma constante, capaz de reprodução praticamente infinita no tempo e no espaço. Ele não estava mais sujeito aos hábitos individualizantes e “inconscientemente modernizantes” dos monges copistas. Assim, se o francês usado por Villon no século XV era muito diferente do francês do século XII, no século XVI o ritmo da mudança havia diminuído de forma marcante. “No século XVII, as línguas na Europa haviam assumido, de modo geral, suas formas modernas.”²² Em outros termos, faz três séculos que essas línguas

da história moderna. Febvre e Martin nunca esquecem que, por trás da imprensa, existem gráficas e editoras. Neste contexto, vale lembrar que a imprensa foi inventada a princípio na China, talvez quinhentos anos antes de aparecer na Europa, mas não teve nenhum impacto significativo, e muito menos revolucionário — justamente devido à inexistência do capitalismo.

22. *The coming of the book*, p. 319. Cf. *L'Apparition*, p. 477: “Au XVII^e siècle, les langues nationales apparaissent un peu partout cristallisées” [No século XVII, as línguas nacionais aparecem cristalizadas um pouco por toda parte].

impresas vêm ganhando um verniz resistente; temos um acesso mais direto às palavras dos nossos antepassados do século XVII do que Villon em relação aos seus antepassados do século XII.

Em terceiro lugar, o capitalismo tipográfico criou línguas oficiais diferentes dos vernáculos administrativos anteriores. Inevitavelmente, alguns dialetos estavam “mais próximos” da língua impressa e acabaram dominando suas formas finais. Os primos pobres, que ainda podiam ser assimilados na língua impressa em formação, acabaram perdendo posição, principalmente porque não conseguiram (ou conseguiram apenas em parte) ter a sua própria forma impressa. O “alemão do noroeste” tornou-se o *Platt Deutsch*, um alemão muito falado, e portanto um subpadrão de língua, porque pôde ser assimilado no idioma impresso de uma forma que não foi possível para o tcheco falado da Boêmia. O alto-alemão, o inglês do rei e, mais tarde, o tailandês central foram alçados a novas alturas político-culturais. (Daí as lutas na Europa de algumas “sub”-nacionalidades, no final do século XX, para mudar sua condição subordinada entrando com força na imprensa — e no rádio.)

Resta apenas enfatizar que a fixação e a obtenção de um estatuto diferenciado das línguas impressas foram, em suas origens, processos inconscientes que resultaram da interação explosiva entre o capitalismo, a tecnologia e a diversidade lingüística humana. Mas, como tantas outras coisas na história do nacionalismo, uma vez estando “lá”, elas puderam se converter em modelos formais a serem imitados e, quando fosse o caso, conscientemente explorados num espírito maquiavélico. Hoje, o governo tailandês desencoraja vivamente as tentativas dos missionários estrangeiros de fornecer sistemas de transcrição lingüística para as minorias tribais das montanhas e desenvolver publicações nas suas línguas nativas: mas o mesmo governo é indiferente ao que essas minorias falam. O destino dos povos de fala turca nas zonas incorporadas a

Turquia, Irã, Iraque e União Soviética é especialmente ilustrativo. Uma família de línguas faladas, que podiam ser montadas numa ortografia arábica, tornando-se assim compreensíveis entre si, perdeu essa unidade devido a manipulações deliberadas. Para enaltecer a consciência nacional da Turquia túrquica, em detrimento de qualquer identificação islâmica mais profunda, Atatürk impôs uma romanização obrigatória.²³ As autoridades soviéticas seguiram a mesma trilha, primeiro com uma romanização compulsória antiislâmica e antipersa e depois, nos anos 30, com Stálin e sua cirilização russificante obrigatória.²⁴

Podemos resumir as conclusões dos argumentos apresentados até agora dizendo que a convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a nação moderna. A extensão potencial dessas comunidades era intrinsecamente limitada, e, ao mesmo tempo, não mantinha senão a mais fortuita relação com as fronteiras políticas existentes (que, no geral, correspondiam ao ponto culminante dos expansionismos dinásticos).

Mas é evidente que, embora quase todas as nações — e também estados nacionais — modernas, que se concebem como tais, atualmente tenham “línguas impressas nacionais”, muitas delas compartilham uma mesma língua, e, em outros casos, apenas uma fração minúscula da população “usa” a língua nacional na fala ou na escrita. Os Estados nacionais da América espanhola ou da

23. Hans Kohn, *The age of nationalism*, p. 108. É de se acrescentar que Kemal, dessa maneira, também esperava alinhar o nacionalismo turco à civilização romanizada moderna da Europa Ocidental.

24. Seton-Watson, *Nations and states*, p. 317.

“família anglo-saxônica” são exemplos claros do primeiro caso; muitos Estados ex-coloniais, principalmente na África, são exemplos do segundo. Em outras palavras, a formação concreta dos Estados nacionais contemporâneos não guarda nenhuma relação isomórfica com o campo de abrangência das línguas impressas específicas. Para explicar a descontinuidade e a inter-relação entre as línguas impressas, a consciência nacional e os Estados nacionais, cumpre observar o grande conjunto de novas entidades políticas que surgiram no hemisfério ocidental entre 1776 e 1838, todas definindo-se de modo autoconsciente como nações e, com a interessante exceção do Brasil, como repúblicas (não-dinásticas). Pois não só foram historicamente os primeiros Estados nacionais a surgir no cenário mundial, portanto passando a fornecer inevitavelmente os primeiros modelos reais do que deveriam “parecer” tais Estados, como também a quantidade e a época de seu surgimento simultâneo oferecem um terreno fecundo para a pesquisa comparada.